

## A MERCANTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO PELO VIÉS DA TERCEIRIZAÇÃO E DA PRIVATIZAÇÃO DAS ESCOLAS GOIANAS

*Nilson Pereira Bezerra, Veralúcia Pinheiro*

GT2 – Políticas Educacionais

**Resumo:** Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no programa de pós graduação, *stricto sensu*, Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, do Câmpus de ciências Sócio-Econômicas e Humanas, UEG Anápolis e os resultados apresentados são parciais que apontam um contexto de terceirização e privatização da escola pública, reforçando nosso pressuposto sobre o processo de privatização do ensino público no Estado de Goiás. A transferência das escolas para a gestão da Polícia Militar, de acordo com os primeiros levantamentos, se configura como uma política educacional que visa atender as demandas do mercado e, nesse sentido está em sintonia com as propostas contidas no Pacto Pela Educação de Goiás. Subjazem a essas propostas concepções que retiram o caráter universal que a educação pública deve conter. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as contradições apresentadas ao longo do documento “Pacto pela educação” e a relação com as propostas de militarização e terceirização das escolas públicas. Trata-se de um tema polêmico, contemporâneo o qual requer uma análise substanciada acerca do papel do Estado na sociedade capitalista. Desse modo, ao elegermos a militarização e a terceirização das escolas públicas em Goiás como objeto de estudo, buscamos fugir da linearidade dos arautos das “reformas educacionais”, e ao mesmo tempo desvendar as contradições entre as propostas e os resultados desta política, na vida dos jovens, para quem tais políticas são destinadas.

**Palavras-chave:** Pacto Pela Educação. Militarização da Escola Pública. Política Educacional.

### Introdução

Num primeiro olhar sobre o cenário político educacional de Goiás uma inquietação emerge dando corpo às dúvidas sobre as intenções por trás do discurso do governo, quando da instituição do Pacto Pela Educação, suscitando questões que se tornam primordiais para esta investigação, tais como: Quais os impactos da intervenção militar na educação estadual? Quais motivos levaram à adoção da gestão militar para as escolas? Seria a militarização das escolas em Goiás, uma estruturação de escolas modelos utilizada para mascarar as justificativas dos financiamentos para a educação? Ou esse processo de militarização é uma preparação de terreno para a implantação da gestão sob a responsabilidade das Organizações Sociais (OS)? Qual a base da parceria entre o governo do estado e os bancos privados, para o financiamento dos programas meritocráticos desenvolvidos no Pacto Pela Educação em

Goiás? Como se caracteriza a atuação da mídia no tratamento do tema e como ela repercute as ações governamentais?

Esta pesquisa tem por objetivo abordar as particularidades do Pacto Pela Educação de Goiás, analisando as especificidades de cada um dos cinco pilares que o estruturam, a fim de se conhecer o que e o por quê, da instituição desta política educacional marcada pela expansão da militarização das escolas goianas, para que sejam descortinadas as intenções implícitas na política governamental em questão, que apontam para a terceirização e a privatização das escolas públicas de Goiás.

Ao elegermos a militarização e a terceirização das escolas públicas em Goiás como objeto de estudo, buscamos fugir da linearidade dos arautos das “reformas educacionais”, e ao mesmo tempo desvendar as contradições entre as propostas e os resultados desta política, na vida dos jovens, para quem tais políticas são destinadas. Portanto, essa pesquisa adota como objetivos específicos:

- 01) – Analisar os meandros da implantação do Pacto Pela Educação do Estado de Goiás;
- 02) – Compreender os possíveis vínculo entre a militarização das escolas goianas com as propostas enumeradas na estrutura da reforma educacional de Goiás;
- 03) – Discutir as contradições apresentadas ao longo do documento “Pacto pela educação” e a sua relação com as propostas de militarização e terceirização das escolas públicas
- 04) – Refletir sobre as contradições contidas nas propostas delimitadas pelo “Pacto” e as condições objetivas de vida dos jovens das classes populares para quem tais políticas são formuladas.

O planejamento deste trabalho estabeleceu quatro etapas distintas, quais sejam, levantamento bibliográfico, construção de dados, organização das informações no formato demonstrativo adequado a cada uma delas e a produção textual dos resultados da pesquisa, que encontra-se na segunda fase de desenvolvimento. É adotado como recorte temporal o período entre os anos de 2011-2015 em função do lançamento do Pacto Pela Educação e a expansão dos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMGs) e as tentativas, por parte do governo estadual, de efetivar o projeto de implantação das Organizações Sociais (OSs) nas escolas goianas.

Utilizaremos a pesquisa documental para construirmos os dados referentes ao Pacto Pela Educação do Estado de Goiás, cujo teor foi divulgado no site da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (Seduc). Da mesma forma os documentos que regulamentam o

funcionamento dos colégios militares (CPMGs), seu regimento interno (disciplinar, continência e de uniforme), disponíveis nos site dos CPMGs. Além disso, consultaremos os resultados e instrumentos das avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), disponíveis na página eletrônica do MEC (Ministério da Educação e Cultura), além do edital de habilitação do governo do Estado, direcionado às Organizações Sociais interessadas na administração das unidades escolares. A pesquisa leva em consideração todo o território goiano, por compreender as políticas educacionais como uma intervenção do Estado que atua em toda a sua dimensão territorial.

Como reforma da política educacional, o Pacto Pela Educação instituído pelo governo do Estado de Goiás, em setembro de 2011, está estruturado em cinco pilares estratégicos (1-Valorizar e fortalecer o profissional da educação, 2-Adotar prática de ensino de grande impacto na aprendizagem, 3-Reduzir significativamente a desigualdade educacional, 4-Estruturar reconhecimento e remuneração por mérito, 5-Realizar profunda reforma na gestão e na estrutura), subdivididos em vinte e cinco iniciativas que sustentam tal proposta. O objetivo central, percebido no discurso é a promoção do desenvolvimento da educação básica estadual, colocando-a numa posição de destaque no cenário educacional brasileiro. Porém, as observações preliminares do documento intitulado “Pacto Pela Educação do Estado de Goiás” e a análise das intervenções governamentais no sistema educacional goiano, apontam para uma clara intenção de mercantilizar o ensino público do estado e transformar as escolas goianas em balcão de negócios a serviço da iniciativa privada, pelo viés das Organizações Sociais (OSs).

Dentre os 05 Pilares contidos no “Pacto pela Educação” o de nº 05 refere-se a uma profunda reforma na infraestrutura e na gestão das escolas públicas. Todavia, as escolas continuam sofrendo com problemas de infraestrutura, pressupomos que a exceção seja justamente as escolas transferidas para a gestão da Polícia Militar. Uma educação de qualidade não se faz apenas com infraestrutura adequada e com estudantes aprovados em testes e vestibulares. Para além dessas demandas é preciso refletir sobre o que é a formação, para quê e para quem se pretende formar. A formação como a entendemos não se limita aos processos de adestramento

Apesar de o documento (Pacto Pela Educação), apresentar no discurso intenções de promover a formação pautada na gestão democrática das escolas, a contradição se faz

perceber ao analisar a estrutura dos cargos nos CPMGs (Regimento Interno, Título III, Art.7º p. 7) e também nas propostas de administração apresentadas pelas OSs:

#### CARGOS MILITARES NAS ESCOLAS

- I - Comando e Direção;
- II – Subcomando;
- III - Divisão Disciplinar do Corpo Docente.
- IV - Divisão de Ensino:
  - a) Seção de Coordenação Pedagógica;

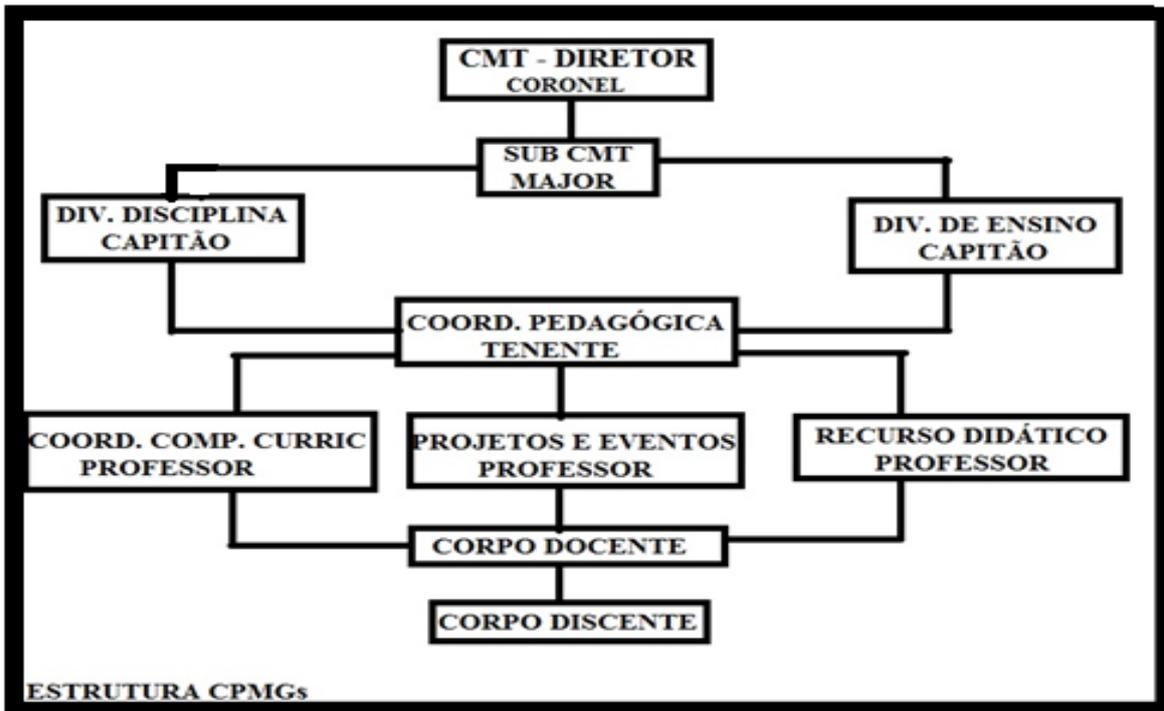
#### CARGOS PROFESSORES

- 1) Subseção de Coordenação de Componente Curricular;
- 2) Subseção de Projetos e Eventos;
- 3) Laboratório de Ciências da Natureza;
- 4) Laboratório de Informática;
- 5) Laboratório de Matemática e Física;
- 6) Laboratório de Línguas;
- 7) Seção de Recursos Didáticos;
- 8) Seção da Biblioteca Escolar;

#### INSTÂNCIAS PRESIDIDAS POR MILITARES

- I - Conselho Disciplinar;
- II - Conselho de Classe;
- III - Conselho Escolar;
- IV - Associação de Pais e Mestres;
- V - Grêmios Estudantil.

Com base nas descrições de cargos, contidas nos regimentos internos dos CPMGs, é possível montar um organograma que demonstra claramente a incompatibilidade entre o discurso de uma gestão democrática e a cadeia hierárquica, característica das organizações militares.



FONTE: Regimento Interno dos Colégios da Polícia Militar

O manual do policial militar define que a cadeia de comando, nas unidades operacionais, deve obedecer a uma rígida hierarquia em que “as ordens superiores não podem ser ponderadas”, e é estruturada em Administração, operacional e comando, sendo este último, denominado “Estado Maior” (coronéis, tenente coronéis, majores e capitães) e como o próprio nome já diz, responsável pelas decisões e ordens que deverão ser acatadas sem questionamentos (REGIMENTO INTERNO DA POLÍCIA MILITAR, 1986).

Com base na hierarquia militar dos CPMGs, demonstrada no organograma acima, podemos perceber que no chamado “Estado Maior” dos CPMGs, nenhum cargo é ocupado por professores, cabendo a estes, o papel secundário na promoção da educação nas escolas da Polícia Militar.

No caso das Organizações Sociais (OSs), veremos um modelo copiado dos Estados Unidos, onde os resultados não demonstram sinais positivos e caminham para a constatação de uma ineficiência total.

Esse modelo baseia-se numa estrutura administrativa em que, regida por um processo contratual, as Organizações sociais ficam obrigadas a apresentarem resultados que Freitas (2012), caracteriza como “standartização” do processo avaliativo: “Este neotecnicismo se estrutura em torno a três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.

No centro, está a ideia do controle dos processos, para garantir certos resultados definidos a priori como ‘standards’, medidos em testes padronizados” (FREITAS, 2012, p.383).

Nessa lógica, as OSs contam com total autonomia para conduzir a promoção da educação, isentando o Estado da responsabilidade de promover a educação conforme o que prevê a lei 9394/96 da LDB. Se as OSs, de origem privada, têm autonomia para gerir a educação pública do estado, isso significa que as escolas assumirão aspectos de empresas e os profissionais da educação, serão meros colaboradores assalariados.

### **Resultados e discussão**

Os estudos iniciais para esta pesquisa nos levam a refletir sobre a privatização do ensino público. O Estado busca devolver para o trabalhador o ônus relacionado com sua própria formação, posto que, a atual fase do processo produtivo em desenvolvimento na sociedade capitalista, prescinde de grandes contingentes de mão de obra, portanto, parte considerável da população é considerada sobrando, desnecessária. Nessa perspectiva, para a população em condição de extrema pobreza, restarão as políticas de segregação nas cadeias e favelas ou a morte precoce de milhões de jovens.

É preciso, portanto aprofundar nossas análises a fim de identificarmos as demandas do capital em relação à questão da formação.

### **Considerações finais**

O Pacto Pela Educação de Goiás não é apresentado somente como alternativa do governo para a melhoria da educação pública, ele foi apresentado como “o salvador da pátria”, porém, a realidade vivenciada no sistema educacional goiano, aponta para um processo de sucateamento do ensino público e a justificativa de que o melhor caminho é a terceirização e a privatização das escolas, uma vez que, concebida em defesa das empresas privadas e não daqueles que necessitam da escola. O discurso de acerca da reforma e da inovação é apenas uma retórica, trata-se na verdade, de um retrocesso para a educação pública, por que não promove a formação de sujeitos conscientes de sua inserção no mundo, mas, sujeitos automatizados com autonomia limitada. A ineficiência dessa política educacional, em curso no Estado de Goiás, aparenta o não cumprimento dos objetivos para um ensino público de qualidade e dialeticamente produz resultados que acentuam os

problemas da educação ao eleger os fatores quantitativos como único paradigma de avaliação das instituições educacionais do seu sistema.

Com o apoio da mídia, os colégios militares adentram o cenário da educação e se posicionam num patamar diferenciado das demais escolas regulares, inculcando na população o que Loureiro (2011), aponta como sendo a cultura de que a qualidade requer pagamento: “Na sociedade brasileira, existe a concepção de que há um vínculo direto entre qualidade e serviço pago. Nessa visão, o que é gratuito não é tão bom quanto o que é pago. A garantia da qualidade está implícita no uso da moeda” (LOUREIRO 2011 p.192).

Apesar de tratar-se de instituições financiadas pelos cofres públicos e instaladas em prédios públicos, os colégios militares estipulam a cobrança de mensalidades e outras taxas com a justificativa de melhoria estrutural necessária à oferta do ensino de qualidade. Porém, essa manobra esbarra nos dispositivos legais da LDB/1996 (Lei nº 9394), que dispõe sobre o ensino público e gratuito.

O paradoxo na proposta de militarização das escolas públicas goianas vai ainda mais além. Se o argumento central para a militarização é o combate à violência na sociedade, então, por que os alunos considerados “problemáticos” são convidados a se retirarem dos CPMGs?

### **A teoria da mídia**

A comunicação é uma necessidade intrínseca do homem, essa necessidade de se comunicar busca a fuga do isolamento social e a transmissão de conhecimento e de experiências que compartilhadas, produzem a sua evolução e direciona as suas ações dentro de uma sociedade organizada.

O desenvolvimento dos meios de comunicação – desde as mais remotas formas de impressão até os mais recentes tipos de comunicação eletrônica – foi uma parte integral do surgimento das sociedades modernas. O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de outros processos de desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituem naquilo que hoje chamamos de modernidade (THOMPSON, 1998, p. 12).

Inicialmente, na segunda metade do século XV, instituições como a Igreja e o próprio Estado alternavam-se na autoridade sobre o exercício do poder simbólico, representado pelo processo de produção, armazenamento e circulação de informações e conteúdos.

Após atingir o seu apogeu com a introdução da informática, os meios de comunicação em massa, em especial, a mídia televisiva, subordinam-se ao capital e conseqüentemente, às classes que detêm o poder econômico, uma vez que a informação assume status de mercadoria.

Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escalas sempre em expansão: tornam-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado. Se a informação torna-se mercadoria passível de ser negociada, então, dizer que a produção e circulação da informação obedecerão às especificações de quem as compra, não poderá ser considerado absurdo. Porque quem adquire uma mercadoria, dá a ela o destino que bem entender e no caso da informação, será divulgada segundo as suas necessidades, obedecendo somente os critérios de divulgar o quê, como, quando e para quem (THOMPSON, 1998 p.19).

Dessa forma, quando são vinculadas na mídia as informações relacionadas à militarização e a administração das escolas pelas OS, faz-se necessária uma reflexão contextualizada acerca do tema, para não cair nas armadilhas das intencionalidades das notícias a serviço do capital: “O homem é um animal suspenso em teias de significados que ele mesmo teceu, e os meios de comunicação são rodas de fiar no mundo moderno e, ao usar estes meios, os seres humanos fabricam teias de significados para si mesmos” (THOMPSON, 1998, p.20).

Dentre as várias teorias que explicam a atuação da mídia nas sociedades, há uma que mais se identifica com a forma de abordagem da administração das OSs na educação de Goiás. A Teoria Hipodérmica também conhecida como a Teoria dos Efeitos Ilimitados se constitui, a partir de premissas behavioristas, num modelo de comunicação baseado no conceito de “estímulo resposta”.

Quando há um estímulo (uma mensagem da mídia), esta adentra o indivíduo sem encontrar resistências, da mesma forma que uma agulha hipodérmica penetra a camada cutânea e se introduz sem dificuldades no corpo de uma pessoa. Cada elemento do público é pessoal e diretamente atingido pela mensagem e cada indivíduo é um átomo isolado que reage isoladamente às ordens e às sugestões dos meios de comunicação de massa (WOLF, 1975, p.79, grifo do original).

Ainda segundo, Wolf (1975), o conceito de “massa” refere-se ao grupo de indivíduos sem referências sociais, agindo em nome de sua própria satisfação e possuindo, como única referência da realidade, as mensagens dos meios de comunicação. Assim sendo, a mensagem não encontra resistência nesse indivíduo, que se deixa manipular e toma para si essa mensagem e passa a reproduzi-la como verdade absoluta.

Consideramos que essa teoria é a mais adequada para explicar a influência dos meios de comunicação na formação da consciência social, e é pela utilização desse mecanismo manipulador, dos meios de comunicação, que o governo do estado e a iniciativa privada contra-ataca os movimentos reivindicatórios pela não privatização da educação pública em Goiás.

A mídia desempenha seu papel segundo as leis do capital. A notícia se transforma em mercadoria passível de comércio, obedecendo às leis da oferta e da procura do mercado. Conseqüentemente, será utilizada segundo as necessidades de quem a possui e no nosso caso específico, serve como ferramenta para o convencimento de que a terceirização e a privatização das escolas públicas de Goiás é o único caminho para a melhoria da qualidade do ensino.

## Referências

BRASIL, **Lei de diretrizes e base da educação**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm) acesso em: 24/08/2015.

COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR Hugo de Carvalho Ramos. **Regimento interno dos CPMGs**. Disponível em: [http://www.colegiomilitarhugo.g12.br/regimento\\_interno.htm](http://www.colegiomilitarhugo.g12.br/regimento_interno.htm). acesso em: 10/08/2015.

FREITAS, Luis Carlos de. **Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação** In: Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.-jun. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>. acesso em: 10/05/2016.

GOIÁS, **Autorização de criação de colégios militares**. Gabinete de Gestão de Imprensa. Disponível em: <http://www.casacivil.go.gov.br/post/ver/199502>. acesso em 20/08/2015.  
GOIÁS. **Pacto pela educação** do Estado de Goiás. Seduc. Disponível em:  
[http://www.seduc.go.gov.br/especial/pactopelaeducacao/docs\\_reforma\\_educacional](http://www.seduc.go.gov.br/especial/pactopelaeducacao/docs_reforma_educacional). acesso em: 07/08/2015.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **Qualidade da educação e privatização de recursos públicos**. Goiânia: Editora da UFG, 2011.

POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS. **Manual do policial militar**. Goiânia: Editora UFG, 1985.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. (trad.)

BRANDÃO W. O. Petrópolis: Vozes, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1995.